

Brasília-DF, 17 de fevereiro de 2025

13º ENU - Encontro Nacional dos Urbanitários



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI esteve presente no **13º ENU – Encontro Nacional dos Urbanitários**, sob o lema: Lutamos pelo povo, lutamos por nós: serviços públicos de qualidade para todos! O companheiro **Eduardo Armond** representou a CNTI na mesa de debate sobre Terceirização.



O Encontro foi realizado entre os dias 12 e 14 de fevereiro, em Belo Horizonte (MG) e contou com a participação de vários sindicatos urbanitários, representando 20 estados do Brasil.



CNTI informa

Informamos que a **FTIEG-TO-DF - Federação dos Trabalhadores na indústria dos Estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal**, filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI e presidida pelo companheiro Pedro Luiz Viznevski (Pedrão), mudou a sua denominação no Ministério do Trabalho e Emprego, inclusive na Receita Federal, para **FTIAEG-TO-DF - Federação dos Trabalhadores na Indústria e Agroindústria nos Estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal**, representando a partir agora também os trabalhadores da agroindústria dessas regiões.

TST promove mediação em processos que envolvem tragédia de Brumadinho (MG)

Vice-Presidência do Tribunal atua para promover conciliação entre entidades representativas de trabalhadores, familiares de vítimas e a Vale



O Tribunal Superior do Trabalho (TST) está atuando na mediação de processos trabalhistas relacionados ao rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), ocorrido em janeiro de 2019. O objetivo é construir uma solução conciliada entre entidades representativas de trabalhadores, familiares de vítimas e a Vale S.A.. A mediação é conduzida no Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TST (Cejus-TST), coordenado pelo vice-presidente do Tribunal, ministro Mauricio Godinho Delgado.

Os processos envolvem pedidos de indenização pelo chamado dano morte, que diz respeito ao sofrimento experimentado pelas próprias pessoas no evento em que perderam a vida.

Neste mês, duas sessões já foram realizadas na sede do TST, presididas pelo vice-coordenador do Cejus-

**Brasília-DF, 17 de fevereiro de 2025**

TST, ministro Cláudio Brandão. Elas contaram com a participação do Ministério Público do Trabalho (MPT), de sindicatos, de representantes da Vale e da Associação dos Familiares de Vítimas (Avabrum).

Nas conversas, diversos pontos estiveram em debate, como parâmetros processuais, segurança jurídica para as partes e valores.

As partes interessadas analisarão os encaminhamentos conciliatórios decorrentes das reuniões, na expectativa de evoluírem para a oficialização de propostas, se possível na próxima reunião, agendada para 18 de março.

Atualmente, 63 processos que tratam do tema dano-morte envolvendo a tragédia de Brumadinho tramitam na Justiça do Trabalho.

Fonte: TST

Conjuntura: cenário interno sob controle e externo, instável

A conjuntura política e econômica do Brasil, quando analisada sob a ótica dos fatores internos, apresenta cenário de relativa estabilidade, apesar de os desafios inerentes a País de dimensões continentais e complexidades sociais e institucionais. No entanto, quando ampliamos a análise para o cenário externo, especialmente no contexto das relações internacionais e da economia global, a instabilidade e a imprevisibilidade emergem como fatores de preocupação.

Antônio Augusto de Queiroz*



Esta coluna busca explorar essa dualidade, que destaca como o controle interno contrasta com a volatilidade externa e como essa dinâmica pode influenciar o futuro do País.

No plano político, o Brasil tem demonstrado capacidade notável de manter a estabilidade

institucional, mesmo em meio à polarização política acentuada e a fragmentação partidária no Congresso Nacional. Eventos que poderiam gerar crises, como as eleições municipais, a votação do arcabouço fiscal e da Reforma Tributária, e a eleição dos presidentes da Câmara e do Senado, transcorreram dentro da normalidade democrática.

A escolha das presidências das comissões do Congresso e a reforma ministerial também ocorreram sem grandes sobressaltos, indicando que as instituições brasileiras têm conseguido absorver e gerenciar as tensões políticas.

A atuação do STF (Supremo Tribunal Federal) tem sido outro fator de estabilidade. Decisões polêmicas, como as relacionadas às emendas parlamentares e a possível condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), não geraram os temidos impactos desestabilizadores. Isso sugere que, apesar dos ruídos políticos, há entendimento tácito entre os atores institucionais com poder decisório de que a manutenção da ordem democrática é prioritária.

Desafios significativos

No plano econômico, os desafios são significativos, mas também parecem estar sob controle. A volatilidade do câmbio, a alta da taxa Selic e a inflação de alimentos são problemas que remontam à decisões anteriores, muitas dessas tomadas pelo Banco Central e agências reguladoras sob gestões passadas.

A especulação com o dólar futuro e o aumento das tarifas de energia elétrica, por exemplo, foram fatores que contribuíram para a pressão inflacionária.

No entanto, com a nova gestão econômica, há expectativa de que esses indicadores voltem a patamares mais racionais, sem motivações políticas que possam agravar o cenário.

Contexto externo

Enquanto o cenário interno parece estar sob controle, o mesmo não pode ser dito em relação ao contexto externo. A principal fonte de preocupação é a imprevisibilidade das ações do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, cujas decisões frequentemente são tomadas com base em impulsos políticos e ideológicos, sem avaliação cuidadosa dos impactos globais. Essa imprevisibilidade pode ter reflexos diretos na economia e na política brasileira.

Um dos riscos é a possibilidade de Trump tomar partido em favor de aliados de extrema-direita no Brasil, especialmente em reação à eventual condenação de Bolsonaro pelo STF. Tal cenário poderia gerar tensões diplomáticas e até mesmo retaliações econômicas, como a imposição de tarifas comerciais injustas sobre produtos brasileiros.

Brasília-DF, 17 de fevereiro de 2025

Além disso, a regulamentação das big techs no Brasil e sua taxa, ainda que estejam em linha com iniciativas de países da OCDE, pode ser vista como ameaça aos interesses estadunidenses, levando a medidas protecionistas que afetariam negativamente as relações bilaterais.

Sensibilidade do mercado

A sensibilidade do mercado a movimentos políticos também é fator preocupante. Qualquer ruído nas relações entre Brasil e Estados Unidos pode gerar volatilidade nos mercados financeiros, impactando o câmbio, as taxas de juros e a confiança dos investidores.

Nesse sentido, a capacidade de negociação política e diplomática dos 2 governos será crucial para evitar conflitos que possam colocar em risco a tranquilidade interna do Brasil.

Cenário paradoxal

A conjuntura política e econômica do Brasil, portanto, apresenta cenário paradoxal. Internamente, apesar dos desafios, as instituições têm demonstrado resiliência e capacidade de manter a estabilidade. No entanto, a instabilidade externa, especialmente em relação às ações de os Estados Unidos, representa risco significativo que não pode ser ignorado.

Para mitigar esses riscos, é essencial que o Brasil fortaleça a diplomacia e as relações comerciais com outros parceiros globais, com redução da dependência de um único ator internacional. Além disso, a manutenção de políticas econômicas sólidas e previsíveis será fundamental para garantir que o País continue atraindo investimentos e mantendo a confiança dos mercados.

Em última análise, o desafio do Brasil será equilibrar o controle interno com gestão externa proativa e estratégica, capaz de navegar pelas incertezas globais sem comprometer a estabilidade conquistada. A capacidade de adaptação e negociação, sem renúncia à soberania do País, será, sem dúvida, fator determinante para o sucesso nesse cenário complexo e dinâmico.

(*) *Jornalista, analista e consultor político, mestre em Políticas Públicas e Governo (FGV). Ex-diretor de documentação do Diap, idealizador e coordenador da publicação "Cabeças" do Congresso. É autor dos livros Por dentro do processo decisório - como se fazem as leis e Por dentro do governo - como funciona a máquina pública.*

Fonte: Diap

IBGE: em 14 estados, desemprego de 2024 foi o menor já registrado

Mato Grosso e Santa Catarina têm taxas abaixo de 3%



© Wilson Dias/Arquivo/Agência Brasil

Para 14 estados, o ano de 2024 terminou com o menor nível de desemprego já registrado pela série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, que começou em 2012. O dado foi divulgado nesta sexta-feira (14) pelo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O comportamento desses estados se assemelha ao do Brasil como um todo, que registrou a taxa média de 6,6% de desemprego, em 2024, conforme já havia sido divulgado pelo IBGE.

O recorde de baixa no nível de ocupação foi atingido nas seguintes localidades:

Rio Grande do Norte (8,5%)
Amazonas (8,4%)
Amapá (8,3%)
Alagoas (7,6%)
Maranhão (7,1%)
Ceará (7%)
Acre (6,4%)
São Paulo (6,2%)
Tocantins (5,5%)
Minas Gerais (5%)
Espírito Santo (3,9%)
Mato Grosso do Sul (3,9%)
Santa Catarina (2,9%)
Mato Grosso (2,6%)

A pesquisa do IBGE apura o comportamento no mercado de trabalho para pessoas com 14 anos ou mais e leva em conta todas as formas de ocupação, seja emprego com ou sem carteira assinada, temporário e por conta própria, por exemplo. São visitados 211 mil domicílios em todos os estados e no Distrito Federal.

As maiores taxas médias de 2024 foram apontadas na Bahia (10,8%), Pernambuco (10,8%) e Distrito Federal (9,6%).

**Brasília-DF, 17 de fevereiro de 2025**

Regiões

Por regiões, o Norte (7%), Sudeste (6,4%), Sul (4,2%) e Centro-Oeste (5,4%) alcançaram os menores níveis de desocupação desde o início da série histórica.

Já no Nordeste, a taxa ficou em 9%, a menor desde 2015, porém acima do recorde mínimo de 8,6%, atingido em 2014.

Informalidade

O IBGE revelou que ao longo do ano passado, a taxa de informalidade no país foi de 39% da população ocupada, sendo as maiores médias no Pará (58,1%), Piauí, (56,6%) e Maranhão (55,3%). As menores ficaram localizadas em Santa Catarina (26,4%), Distrito Federal (29,6%) e São Paulo (31,1%).

Fonte: Agência Brasil

STF julga se aposentados com processos podem aplicar Revisão da Vida Toda

Os ministros vão julgar embargos contra a decisão que retirou a possibilidade do aposentado escolher a melhor forma de cálculo

Gustavo Moreno/STF



O Supremo Tribunal Federal (STF) volta a julgar a partir desta sexta-feira (14/2) o recurso contra a decisão que derrubou a Revisão da Vida Toda. Os ministros vão analisar os pedidos feitos pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) que ajuizou embargos contra a decisão que retirou a possibilidade do aposentado escolher a melhor forma de cálculo, dando a vitória para o INSS.

Entre os pedidos da confederação estão a nulidade do julgamento e, em caso de negativa, a possibilidade de excluir da decisão do STF os aposentados que tinham ações revisionais em trâmite até 21 de março de 2024, quando o Supremo derrubou a tese da Revisão da Vida Toda. A União defende a derrubada da tese da Revisão da Vida Toda e, inclusive, já contabiliza a vitória de R\$ 500 bilhões nos cálculos de valores recuperados aos cofres públicos via decisão judicial.

Em outros embargos já apresentados à Corte, o STF vem mantendo a vitória para a União e contra a tese da Revisão da Vida Toda.

A Revisão da Vida Toda passou por uma reviravolta ao longo de sua tramitação no STF. Em 2022, os aposentados ganharam em um recurso extraordinário relatado pelo ministro Alexandre de Moraes o que

permitiu aos aposentados que solicitassem o recálculo de seus benefícios com base em todas as contribuições feitas ao longo da vida.

Em 2024, o Supremo julgou outras duas ações em que envolvia o mesmo assunto. Na época, a maioria dos ministros anulou a possibilidade de Revisão da Vida Toda por entenderem que a regra de transição era válida. Por ser uma ação de controle concentrado (em tese), ela prevaleceu sobre o recurso onde os aposentados tinham ganhado.

A derrubada da Revisão da Vida Toda foi uma vitória da União – que alega impactos bilionários. Primeiro, o INSS afirmou que seriam R\$ 46 bilhões, depois, o então Ministério da Economia, subiu para R\$ 360 bilhões e na Lei de Diretrizes Orçamentárias mais recente o valor estimado estava em R\$ 480 bilhões. Porém, associações de aposentados contestam a cifra e trazem valores de R\$ 3 bilhões de impacto em 10 anos. Para as associações, os valores trazidos pela União foram inflados.

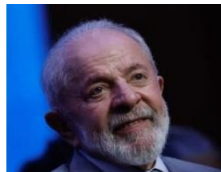
O caso tramita na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2111.

Fonte: Jota

Pesquisa Datafolha aponta queda na aprovação de Lula

Sondagem provavelmente captou o impacto da propagação de informações falsas sobre tributação do Pix

Adriano Machado/Reuters



A aprovação do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva caiu 11 pontos percentuais em dois meses para 24%, e a reprovação chegou à marca de 41%, apontou pesquisa Datafolha divulgada nesta sexta-feira, registrando os piores índices de avaliação de todos os mandatos do petista.

Segundo o instituto, aqueles que avaliavam o governo como "ótimo ou bom" em dezembro caíram de 35% para 24% na rodada de fevereiro. Os que avaliaram o governo como ruim péssimo foram de 34% para 41%.

A sondagem foi realizada na segunda e terça-feira desta semana, e provavelmente captou o impacto da propagação de informações falsas sobre tributação do Pix.

Foram entrevistados 2.007 eleitores em 113 cidades, e a margem de erro é de 2 pontos para mais ou menos.

Fonte: Brasil247